

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

CLASSE, GÊNERO E TRABALHO PRECÁRIO: UM ESTUDO SOBRE A CONDIÇÃO DA MULHER COMERCIÁRIA DE TERESINA (1980 – 1990) ¹

Eliane Aparecida Silva
Doutoranda em História pelo PPGH da Universidade Federal Fluminense
eliane_silva@id.uff.br

Cezar Teixeira Honorato
Prof. Doutor Titular em História Econômica e Social do Instituto de História da UFF
cezarhonorato@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discutir a condição da mulher comerciária de Teresina nas décadas de 1980 e 1990. Para tanto, em um primeiro momento, fazemos uma abordagem das categorias de análise histórica classe e gênero relacionando esta última a questão da opressão a partir de um ponto de vista marxista. E, dentro de uma perspectiva histórica e global, abordamos a questão da precariedade do trabalho e sua difusão, bem como a sua relação com o gênero. Por último, adentrando no foco central desse estudo analisamos as memórias construídas em torno das mulheres comerciárias de Teresina. O cotidiano de trabalho delas foi marcado por discriminação, violência e exploração no comércio da cidade teresinense. As principais denúncias encontradas nas nossas fontes estão relacionadas ao assédio sexual no trabalho, demissões não reguladas e discriminação salarial. A metodologia empregada nesta última parte do trabalho consistiu na análise dos jornais impressos de circulação local, O Dia e Diário do Povo, e do Balcão, periódico interno do Sindicato dos Comerciários de Teresina. Foram realizadas, ainda, entrevistas com comerciários que fizeram parte da direção do Sindicato dos Comerciários de Teresina por meio da metodologia da História Oral.

PALAVRAS-CHAVE: classe; gênero; mulher comerciária.

Classe, gênero e trabalho precário em uma perspectiva histórica

Diversos autores apontam a ocorrência de uma renovação na análise histórica no que se refere a produção no campo da história do trabalho, a qual tem considerado elementos como gênero, classe e raça nos estudos da realidade da classe trabalhadora. Neste contexto ganha destaque Marcel van der Linden (2013) que, na introdução do livro “Trabalhadores do mundo: ensaios em direção a uma história global do trabalho”,

¹ Artigo desenvolvido para a conclusão da disciplina “Gênero, raça e classe: referências teóricas e estudos de história social do trabalho” ministrada por Marcelo Badaró Mattos e Flávia Fernandes de Souza no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

2

apresenta uma nova fase da História Social do Trabalho a qual ele denominou História Global do Trabalho. Esta é caracterizada por uma ampliação de fronteiras, a qual se refere a questões geográficas, temáticas, temporais e metodológicas. Logo, uma dessas demandas de ampliação é a produção de uma história transnacional.

A relação entre classe e gênero e, por seu turno, entre esta última e o trabalho precário são considerados aspectos chave para a discussão inicial proposta neste artigo. Tais categorias nos ajudaram a refletir na discussão proposta sobre as condições de trabalho da mulher comerciária de Teresina nos anos 1980 e 1990. Elas tiveram a sua rotina de trabalho significativamente marcada pela exploração, discriminação e instabilidade da vida de trabalho.

No que se refere ao debate sobre classe, destacamos que a categoria experiência de Thompson implica no reconhecimento de homens e mulheres como sujeitos reflexivos que, em suas ações, fazem continuamente o movimento da história. Ao analisar o fazer-se da classe operária, ele observou o modo de vida característico dos trabalhadores, suas ideias e instituições, estabelecendo diálogo entre ser social e consciência social.

Pela experiência os homens se tornam sujeitos, experimentam situações e relações produtivas como necessidades e interesses, como antagonismos. Eles tratam essa experiência em sua consciência e cultura e não apenas a introjetam. Ela não tem um caráter só acumulativo. Ela é fundamentalmente qualitativa. (THOMPSON, 1987, p. 204)

Percebe-se, então, que a categoria experiência desenvolvida por Thompson permite uma análise profunda da realidade, sem desconsiderar o contexto social que a constitui, o que favorece a compreensão de diversas formas de organização da vida social na atualidade tais como os movimentos sindicais, movimentos dos sem terra, movimentos de mulheres, de negros e tantos outros.

Ainda sobre classe, Abigail B. Bakan (2016) propõe a utilização de três conceitos utilizados como chave para o diálogo entre o marxismo e as políticas da diferença: exploração, alienação e opressão. Conforme Bakan, tais conceitos são moldados historicamente de forma específica. Ela avalia que, dentre as várias formas de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

3

relação humanas estudadas por Marx, a opressão foi a que menos recebeu atenção, sendo a mais incompleta em teorização.

Neste artigo demos ênfase na discussão sobre a opressão, destacando o papel da experiência como forma de compreensão da sua vivência. Todavia, é importante ressaltar que concordamos com a autora quando esta afirma a necessidade de compreender tais conceitos de forma relacionada, combinados sem hierarquização entre eles, assim como a impossibilidade de seus entendimentos plenos de forma isolada.

Cabe ressaltar que, apesar de o ponto de discussão enfatizado nesse artigo esteja voltada para a temática de gênero e o enfoque do texto de Bakan seja o aspecto racial, o qual não contemplamos nessa discussão, ela apresenta no seu texto elementos que nos ajudou na compreensão da questão da opressão. Afinal, a autora elenca nesta abordagem duas categorias de análise importantes na discussão do nosso trabalho, classe e gênero. De acordo com Bakan, para Marx, a opressão pode ser descrita tomando duas formas: a opressão de classe e a opressão específica de setores de classe, denominada opressão específica. Esta última compreende a opressão das mulheres, um dos principais eixos de discussão neste trabalho.

Nesse sentido, elementos significativos de uma estrutura de análise antiopressão, incluindo as mulheres em sua abordagem de estudo, foram sugeridos no método desenvolvido por Marx. Para ele, a opressão é historicamente específica, bem como inclui elementos ideológicos, construídos pela classe dominante que, por sua vez, fragiliza a organização de uma classe trabalhadora mais forte.

Marx apresenta o fenômeno de opressão de classe, uma categoria distinta da exploração, com sua forma particular na sociedade capitalista. Logo, conforme Abigail B. Bakan, “a penetração da ideologia da classe dominante como parte do treinamento e socialização da classe trabalhadora é também uma característica da opressão de classe” (2016, p. 63). Ela compele a união dos trabalhadores em condições comuns de trabalho na medida em que o sistema se expande. Ademais, é organizada através do processo de extração do trabalho, ou exploração, mas acarreta um vasto reino de experiências que se passam tanto no local de trabalho quanto fora dele.

Por seu turno, sobre a opressão específica, Bakan expressa que:

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

4

aquilo que há em comum na experiência como uma classe é contraposto pela diferenciação imposta pela opressão específica, onde grupos definidos dentro e através das classes, identificados por características determinadas, são sujeitos a práticas discriminatórias específicas (2016, p. 64).

Ainda sobre os estudos de Marx sobre as opressões, Marcelo Badaró Mattos (2018) traz contribuições no texto “A atualidade de Marx em seus 200 anos: a questão das opressões”. Nesse texto Mattos destaca a atualidade de Marx, colocando em discussão a potencialidade de algumas reflexões marxianas para o entendimento e o enfrentamento das opressões, inclusive nas relações de gênero. Além disso, reivindica a sua pertinência para a abordagem de questões importantes dos debates contemporâneos.

Segundo Mattos, a partir da constatação de Marx em relação ao valor da força de trabalho como correspondente à sua reprodução e, reduzido graças a um trabalho reprodutivo assegurado pela dominação patriarcal e pela opressão da mulher na família, feministas marxistas têm buscado desenvolver uma análise em que exploração de classes e opressão de gênero se combinam numa perspectiva unitária, totalizante, da sociedade capitalista.

Dentro dessa perspectiva, Cíntia Arruza (2010), por meio do diálogo entre marxismo e o feminismo, discorre como as categorias gênero e classe se articulam no interior de uma sociedade capitalista. Essa discussão se iniciou por conta dos movimentos socialistas, para que estes pudessem encontrar o caminho em direção à uma luta. Arruza cita a greve internacional das mulheres, a qual estava associada a questão do trabalho e referiam-se também ao trabalho reprodutivo. Este diz respeito à reprodução da força de trabalho, na qual podemos destacar o descanso, a alimentação, a reprodução biológica.²

Com o intuito de reforçar essa discussão, vale mencionar as contribuições de Heleieth Saffioti (2013) que delinea a força de trabalho feminino no Brasil no início do século XX. Segundo ela, no Brasil a constituição do sistema capitalista de produção acelerou o processo de destituição da mulher de suas funções diretamente econômicas.

² Cíntia Arruza (2010) reivindica uma crítica à chamada “teoria da reprodução social”, cujo capitalismo legitima o trabalho produtivo, enquanto o trabalho reprodutivo é colocado como inexistente. Ela questiona como reproduzir essa teoria e a força de trabalho simultaneamente. Com efeito, o capital se beneficia do ponto de vista econômico dessa opressão de gênero.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

5

Ela explica que a concepção de trabalho feminino como um trabalho subsidiário favoreceu a oferta e a aceitação de salários mais baixos que o masculino. Assim, o fato da mulher desempenhar as funções pior remuneradas é explicado por ela possuir menor qualificação da força de trabalho.

As contribuições de Arruza e Saffioti nos ajudou a refletir sobre as condições de trabalho e salariais das mulheres comerciárias de Teresina nos anos 1980 e 1990, discussão realizada em um segundo momento desse texto. Dentre os vários problemas vivenciados no seu cotidiano de trabalho no comércio de Teresina destacamos, por exemplo, que os salários das comerciárias quase sempre menores que os dos homens, mesmo quando eram empregadas nas mesmas funções e possuíam as mesmas qualificações.

No que se refere à relação entre gênero e trabalho precário, os autores elencados neste artigo apontam que o tema da precarização representa um problema global, por esse motivo tem assumido um lugar central nos debates contemporâneos sobre as relações de trabalho. Ademais, defendem o gênero como um traço constante do trabalho precário.

Nesse contexto, Eloísa Betti (2017) no texto “Gênero e trabalho precário em uma perspectiva histórica” afirma que divisão sexual do trabalho e a discriminação baseada em sexo estão no cerne de gênero do trabalho precário. Ela aponta que a difusão do trabalho precário ocorrido na segunda metade do século XX foi afetada pelas lutas trabalhistas e das mulheres, de um lado, e pelo papel do Estado e da política em definir e redefinir as relações de trabalho na lei, do outro. Para Betti, a definição de trabalho precário não é auto-evidente. Desse modo, em busca de compreender melhor o seu significado história, ela assim se expressa:

[...] uma definição funcional de precariedade foi adotada, de acordo com a qual o fenômeno é ligado a três aspectos importantes: 1) o sistema de relações de trabalho como um todo existente em um tempo e lugar específicos; 2) a percepção social da precariedade do emprego; e 3) auto-percepção de mulheres e homens trabalhadores. (BETTI, 2017, p. 65)

Além disso, de um ponto de vista objetivo, a precariedade do emprego parece estar ligado a três aspectos principais: estabilidade de salário, continuidade e duração do

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

6

emprego e a relação de contrato de trabalho, direitos sociais e trabalhistas. Do ponto de vista subjetivo, deve ser vista de uma maneira relativa e se referir à condição dos assim chamados trabalhadores estáveis, sua auto-percepção e a percepção social.

Por seu turno, Marcel van der Linden (2017) aponta que o estudo sobre as relações de trabalho do precarizado recebeu pouca atenção em anos anteriores, sobretudo devido à ausência de documentação confiável. Tal situação mudou em tempos mais recentes, principalmente, após a descoberta e reconhecimento do setor informal, embora ainda não haja consenso quanto a sua definição. No texto intitulado “São Precário: uma nova inspiração para historiadores do trabalho”, o referido autor apresenta São Precário, o santo patrono dos trabalhadores temporários, e o seu advento devido ao contínuo aumento de empregados vulneráveis. Ele defende que esta tendência social pode ser entendida melhor se colocada em um contexto global e um enquadramento histórico mais amplo.

Dentro dessa perspectiva, Linden afirma que a precariedade é um elemento histórico na classe trabalhadora, a qual está subordinada ao capital além do valor. Para ele, a precariedade trata-se de uma excepcionalidade histórica, do ponto de vista espacial, temporal e de gênero.

Linden, ainda, destaca o crescimento do emprego precário na maior parte dos países principalmente nos últimos vinte anos. E, no que se refere a questão de gênero, afirma que o trabalho precarizado se tornou uma ocupação feminina desde a primeira metade do século XX, posto que as mulheres eram mais frequentemente empregadas de forma precarizada que os trabalhadores homens.

Histórica e globalmente, existem diferentes formas de precarização. E, dentre algumas variantes básicas expressas por este autor no texto, ele destaca que:

o trabalho precário no capitalismo avançado contemporâneo se espalhou para todos os setores e é agora menos conjuntural e mais um efeito de competição internacional, mas ele é combinado com alguma proteção trabalhista, que ainda se mantém apesar de estarem sendo reduzidas (LINDEN, 2017, p. 55)

A citação nos ajuda a conjecturar sobre a atuação sindical e a sua influência sobre o precariado. Isso porque, de acordo com Marcel van der Linden, poucos sindicatos tiveram êxito na organização dos trabalhadores precarizados. Destarte, nesse

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

7

estudo buscamos refletir sobre a atuação do Sindicato dos Comerciários de Teresina, através de relatos orais e dos jornais de circulação local, diante da situação de precarização do trabalho no comércio teresinense e, especialmente, da precarização do trabalho sofrida pela mulher comerciária nos anos 1980 e 1990.

Bryan Palmer (2013) defende que a precariedade é uma característica da classe trabalhadora desde que esta se formou. Logo, há uma discordância entre este autor e Marcel van der Linden no que se refere a ideia de que a precariedade do trabalho moderno é algo novo. Para Palmer, trata-se de uma afirmação a-histórica e que necessita de revisão.

Palmer problematiza a questão da precariedade e reforça a sua importância contemporânea, em virtude da alta do desemprego e do trabalho informal. Ele aborda as relações de classe no seu estudo. Além disso, dialoga com Marx para a discussão sobre a classe trabalhadora colocando a expropriação como elemento constante de uma classe marcada pela precariedade e heterogeneidade. Este autor defende que a precariedade não constitui uma formação de classe separada e distinta. Trata-se, portanto, de um de um pensamento antagônico a elementos do pensamento marxista e que traz efeitos em termos de luta.

Outrossim, Marcelo Badaró Mattos e Paulo Cruz Terra, também utilizam os autores Marcel van der Linden e Bryan Palmer como referência ao analisarem o avanço da precarização e informalização nas relações de trabalho no Brasil no período compreendido entre 1970 e 2010, através de dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e de outras bases de dados. Eles apontam a urbanização como um fenômeno importante na história do Brasil da segunda metade do século XX e que teve um considerável impacto no mundo do trabalho. O crescimento desordenado das cidades, por sua vez, ocasionou nas contradições sociais decorrentes desse inchaço e afetou fortemente a classe trabalhadora.

Cabe destacar que nesse estudo eles mencionam os elementos raça e gênero como categorias agravantes que ajudam explicar as desigualdades em relação às condições de trabalho, remuneração e às condições de vida. Assim como Bryan Palmer,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

8

Mattos e Terra destacam a expropriação como elemento constante de uma classe trabalhadora marcada pela insegurança, heterogeneidade e a precariedade.

Portanto, esse estudo nos ajuda a ter uma dimensão sobre os efeitos que a precarização teve nas relações de trabalho no Brasil, a destacar o aumento do trabalho feminino nos últimos anos. E, por abarcar temporalmente o nosso recorte de trabalho, os anos 1980 e 1990, nos ajuda a contextualizar historicamente esse período. Ademais, nos possibilita perceber que a precarização é uma realidade, ainda mais concentrando nosso olhar sobre o trabalho feminino, mais precisamente sobre as trabalhadoras empregadas no comércio teresinense.

Revelando a condição da mulher comerciária de Teresina (1980 – 1990)

Neste artigo discutimos as memórias construídas em torno das mulheres comerciárias de Teresina durante as décadas de 1980 e 1990. Nesse período, nos jornais de circulação local, eram frequentes as denúncias em torno dos problemas vivenciados pelas empregadas no comércio teresinense. Elas tiveram sua rotina marcada pelo assédio sexual no local de trabalho, desigualdade salarial e demissões.

No fim dos anos 1980 e início dos anos 1990, a cidade de Teresina vivenciou uma situação de miséria, com problemas relacionados ao saneamento básico, de abastecimento de água, energia elétrica e problemas de calçamento. Tal situação contrastava com o crescimento da cidade, devido aos edifícios de grande porte construídos. O censo demográfico de 1980 indica que 538.294 pessoas moravam na cidade de Teresina. Já no final dos anos 1990, a cidade passou a ter 680.131 pessoas morando na capital. A maioria dessa população era oriunda de pequenas cidades piauienses, mas fundamentalmente da zona rural do Piauí, e também de outros estados do Nordeste.

Através da análise dos jornais de circulação local, constatamos que o comércio, um dos setores que mais empregava na cidade, foi afetado provocando o desemprego crescente dos comerciários de Teresina. A falta de estabilidade no emprego no cotidiano do trabalhador comerciário ocasionada pelas crescentes demissões, devido à crise que provocou o fechamento de vários estabelecimentos comerciais e outras irregularidades

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

9

trabalhistas, favoreceu a precarização do trabalho no comércio. Isso tudo provocou a deflagração de greves na cidade não só dos comerciários, mas de várias categorias sindicais como a construção civil, indústrias gráficas, alimentação, confecções e de ônibus urbanos.

Cabe destacar que a imprensa local ficou atenta às discussões sobre as denúncias acerca das irregularidades nas lojas de Teresina e arbitrariedades patronais. Os acontecimentos em torno do assédio sexual no trabalho, das demissões e da discriminação salarial sofrida pelas comerciárias de Teresina foram bastante veiculados na imprensa local da época.

As denúncias também eram feitas pela direção do sindicato através do periódico interno da entidade, Balcão, de circulação mensal entre os profissionais do comércio da capital e que possuía entre duas e quatro páginas, geralmente dedicadas à mesma reportagem. Além disso, era voltado para temas ligados às relações entre empregado e empregador e às condições de trabalho, abraçando os seguintes eixos de discussão: eleição, cidadania, desemprego, jornada de trabalho, campanhas salariais e convenções coletivas de trabalho.

Na lateral esquerda do Balcão encontrava-se a coluna “Meta a Bronca”, coluna permanente de denúncias acerca das irregularidades nas lojas de Teresina. Algumas denúncias recorrentes, além da discriminação sofrida pelas trabalhadoras comerciárias, eram: salários baixos, atrasos nos pagamentos, extensão da jornada de trabalho, demissões irregulares, falta de higiene nos vestiários e banheiros das lojas, falta de segurança e maus-tratos recebidos de patrões.

O trabalho de comunicação e informação feito pelo sindicato, na busca de uma maior aproximação com a categoria, contribuiu para fortalecer a consciência e o potencial de luta dos trabalhadores comerciários de Teresina. Sobre a coluna “Meta a Bronca” do periódico Balcão, o entrevistado Abdon Martins de Moura assim se expressou:

Ihhh!, por causa dessa coluna, a gente foi até chamado em delegacia, deu muito problema. O Meta Bronca era onde a categoria comerciária começou a criar coragem para denunciar as irregularidades no comércio, principalmente a questão do assédio sexual à comerciária... nós tínhamos uma loja que chamava-se Lobrás... deu muito problema na época porque eles faziam

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

10

revista íntima mesmo e às vezes por homem, então as Lojas Brasileiras era a campeã disso aí. (MOURA, 2014, p.5)

Ao longo das entrevistas, buscamos perceber como a direção do Sindicato dos Comerciários de Teresina atuou no sentido de intervir em defesa dos direitos da categoria, no que se refere às condições de trabalho e salariais. Os relatos dos entrevistados contribuíram, ainda, para uma reflexão sobre os problemas vivenciados no cotidiano de trabalho das comerciárias de Teresina.

Na passagem dos anos 1980 para 1990, a intensificação das mudanças sociais, políticas e econômicas decorrentes do movimento de reestruturação capitalista abriram espaço para o aprofundamento dos estudos do sindicalismo e de sua articulação com a categoria gênero. A partir dessa perspectiva, Ricardo Antunes (2009) destaca que foi possível pensar novas questões, como as metamorfoses do mundo do trabalho, as novas identidades dos trabalhadores e suas consequências diferenciadas para homens e mulheres. Ao tematizar o mundo do trabalho, Antunes analisa o novo cenário de expansão do trabalho feminino, destacando que tal situação tem um significado inverso quando se trata da temática salarial e no que concerne aos direitos e condições de trabalho. O autor destaca que o capital incorporou o trabalho feminino em sua divisão social e sexual do trabalho, impondo sobre a força de trabalho feminina maior intensidade de precarização e exploração.

Marcelo Badaró Mattos e Paulo Cruz Terra destacam o aumento considerável do trabalho feminino que, nos anos 1990, chegou a 32,4%. Além disso, outra transformação importante nesse período refere-se à distribuição da população ocupada por setor de atividade. No ano de 1991, o setor terciário (comércio e serviços), da qual os comerciários fazem parte, passou a concentrar maior parte, 54,4%”. Além desses dados, os autores constataam que “o peso elevado do desemprego nessa década é um fator importante para que compreendamos como o avanço da precarização das relações de trabalho encontrou terreno fértil desde então” (2017, p. 194).

Essa discussão torna-se pertinente haja vista que, segundo denúncias feitas pela direção do Sindicato dos Comerciários de Teresina nos jornais de circulação local, no periódico Balcão e através de relatos orais, as mulheres comerciárias eram vítimas de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

11

diversos constrangimentos nos locais de trabalho: revista íntima, exigência de atestado de esterilidade, demissão quando engravidava, discriminação salarial, não recebimento de comissão e assédio sexual.

Além do Sindicato dos Comerciários de Teresina, o Centro de Defesa da Mulher do Piauí recebeu nesse período inúmeras denúncias envolvendo as empregadas do comércio de Teresina, sendo as mais frequentes em relação à excessiva carga de trabalho e ao não recebimento de hora extra.

Na cidade de Teresina, segundo dados divulgados pela imprensa escrita, dentre os casos mais frequentes de agressão contra a mulher, destacavam-se a ameaça de morte, a agressão moral e o espancamento. Em uma publicação do jornal O Dia, o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher revelou que “2.000 casos de violência praticados contra mulheres em Teresina haviam sido registrados somente nos anos de 1985 e 1986. Deste total, apenas seis casos foram levados a julgamento, e nenhum deles foi favorável à mulher, por falta de provas” (O DIA, 1987, p. 7). Nessa época a cidade ainda não possuía uma delegacia especializada no atendimento feminino.

Na segunda metade dos anos 1980, a implantação das lojas Marisa em Teresina causou protestos. Isso porque, ao contratar as trabalhadoras, os patrões exigiam que elas assinassem um termo de compromisso para não engravidarem ou prova de esterilidade. Além disso, elas eram obrigadas a tirar as suas roupas no final do expediente para que fossem revistadas. Conforme matéria publicada no jornal O Dia,

As funcionárias da loja Marisa, recentemente inaugurada, fizeram uma manifestação em frente ao estabelecimento, para protestar contra a obrigatoriedade de tirarem a roupa, antes de saírem da loja, para uma revista, cuja finalidade é saber se as empregadas não estão roubando. [...] Usando um megafone, as comerciárias discursaram protestando contra a atitude dos dirigentes da loja, ocasião em que pediram o fim da exploração. Nas faixas e cartazes, reclamaram “respeito à nossa dignidade”. Antes mesmo da sua inauguração, as empregadas já criticavam a direção da empresa. (O DIA, 1986, p.1)

O resultado deste protesto foi um recuo dos lojistas. Porém, foram surgindo notícias de outras lojas na cidade que realizavam essa prática. Tal é o caso das Lojas Brasileiras, comumente chamada Lobrás, que foi alvo constante de denúncias do sindicato. A DRT (Delegacia Regional do Trabalho), ao realizar uma fiscalização,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

12

constatou casos de exploração às comerciárias, que estavam trabalhando após o expediente de trabalho na decoração dessa loja e em outros serviços executados na filial local. O sindicato denunciou nos jornais de circulação local, ainda, a demissão e a perseguição a funcionárias da Lobrás que, sob a suspeita de terem denunciado o abuso, sofreram represálias.

Evaldo Ciríaco, que presidiu o Sindicato entre os anos de 1984 e 1991, denunciou na época na imprensa teresinense a ocorrência de casos de demissões de comerciárias após a licença maternidade, em virtude do dispositivo da Constituição que ampliava o período de descanso para 120 dias:

Os empresários do setor lojista de Teresina já começaram a ofensiva contra o dispositivo da nova Constituição do Brasil. De janeiro até agora, foram feitas nas lojas de Teresina 583 demissões. Desse total, 263 (45 por cento) eram mulheres. Ao fazer ontem a denúncia, o presidente do Sindicato dos Comerciários, Evaldo Ciríaco, revelou que no mesmo período do ano passado foram feitas apenas 58 dispensas de empregados no setor lojista. Desses desempregados, apenas 15 por cento eram mulheres. As teresinenses participam do mercado de trabalho na área do comércio lojista com 65 por cento da mão-de-obra. (O DIA, 1988, p.1)

No final dos anos 1980, Miriam Teresa de Sousa, da direção do sindicato, denunciou várias empresas que continuavam pressionando as comerciárias grávidas a pedirem demissão. Segundo ela, “o atestado de esterilidade tornou-se praticamente um documento e um pré-requisito para as mulheres que pretendiam trabalhar no comércio” (O DIA, 1988, p. 2). A discriminação contra as empregadas do comércio de Teresina ficou mais evidente pelo fato de que as lojas que anteriormente contratavam somente mulheres estavam dando preferência a empregados masculinos.

Na década de 1990, as denúncias relacionadas às mulheres comerciárias de Teresina giraram em torno do assédio sexual no local de trabalho, sendo que alguns casos foram investigados na época pela Procuradoria Geral do Trabalho. Um caso que gerou grande repercussão na imprensa, ganhando as primeiras páginas dos jornais e que foi amplamente divulgada no Balcão, foi a denúncia da comerciária Erlene Costa, que após ser demitida pelo gerente da Lobrás em 1993 o acusou de assédio sexual.

Outro caso de assédio sexual, já citado anteriormente, foi o que ficou conhecido como “Caso Lobrás” que parou na Delegacia da Mulher. Neste episódio, houve troca de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

13

acusações entre os envolvidos no caso, denúncias de ameaças de morte e processos judiciais movidos pelo gerente contra os dirigentes do Sindicato dos Comerciários de Teresina.

Sobre os assédios no comércio teresinense, Cícero Magalhães Oliveira, na época secretário geral do sindicato, em entrevista a esta pesquisadora, destacou outro caso ocorrido na mesma loja:

Olha, isso deu um rolo! Eu até me arrepio quando me lembro desse fato... Uma comerciária me procurou para contar que tinha sido assediada durante muito tempo pelo gerente da Lobrás e que, para não perder o emprego, ela cedeu. Ao fazer a denúncia, ela não queria que o nome dela fosse citado, porque era casada e tinha filhos. Mas eu fui pra cima mesmo, fui com um carro de som pra frente da loja... O segundo caso foi o da Erlene Costa. Eu e vários companheiros fomos ameaçados de morte, chegaram a mandar um caixão para casa do companheiro Moura... Fomos processados e condenados, depois isso foi se transformado em cestas básicas, mas o gerente foi inocentado. (OLIVEIRA, 2014, p. 5)

Conforme mencionado por Cícero Magalhães, os diretores do sindicato foram condenados e o gerente foi inocentado. Quanto à Erlene Costa, em 1993, os jornais noticiaram que esta chegou a ser condenada pela Justiça a quatro meses de prisão, sob a alegação de insuficiência de provas.

Um exemplo claro do preconceito contra o sexo feminino, é o tratamento dispensado às seis mil comerciárias existentes em Teresina pelos patrões. Uma categoria que 60% é composta por mulheres sofre discriminações consideradas medievais. O maior deles, segundo o secretário-geral do Sindicato dos Comerciários, Cícero Magalhães de Oliveira, é o assédio sexual. Ele afirma que “até 93, a média de reclamações era de 25 anuais. Depois que uma funcionária das Lojas Brasileiras teve coragem de denunciar os assédios sexuais que vinha sofrendo por parte do patrão, o número reduziu bastante”, explicou. (DIÁRIO DO POVO, 1995, p. 9)

Devido às frequentes denúncias que o sindicato recebeu de assédio sexual no local de trabalho, esta se tornou uma das principais bandeiras de luta da campanha salarial do ano de 1994. Assim, uma pesquisa realizada pela entidade e publicada no periódico do Sindicato, Balcão, revelou que 82,5% dos comerciários queriam a inclusão de uma cláusula específica na Convenção Coletiva de Trabalho, estabelecendo punição para os casos de assédio sexual, a qual pretendia exigir uma indenização de 100 salários da categoria às funcionárias que comprovassem terem sido vítimas de assédio dentro do local de trabalho.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

14

Outra forma de discriminação sofrida pela comerciária teresinense era a desigualdade salarial que, no Piauí, estava acima dos índices de outros Estados, pois ainda não existia um órgão não governamental direcionado à mulher. Nesse sentido, a Procuradoria Geral do Trabalho instaurou inquérito para apurar as denúncias feitas pelo Sindicato dos Comerciários de Teresina contra uma empresa de grande porte na capital, o grupo Pintos, que concentra uma grande quantidade de lojas em Teresina.

De acordo com denúncias publicadas no informativo Balcão, as empregadas do comércio teresinense vivenciavam uma situação de baixos salários e não recebiam comissão, mesmo quando suas vendas eram superiores às vendas dos homens. Outra denúncia era que os funcionários eram proibidos de comprar em qualquer uma das lojas do grupo. Em protesto à discriminação salarial e às más condições de trabalho impostas às comerciárias, o sindicato promoveu uma das maiores paralisações de advertência da categoria. E, em maio de 1995, os comerciários conseguiram fechar seis lojas do grupo Pintos. Além da paralisação, a entidade entrou com uma ação na justiça requerendo a reintegração dos funcionários demitidos por denunciar o grupo.

Através de uma pesquisa realizada pelos comerciários divulgada no periódico do Sindicato dos Comerciários de Teresina foi possível ter uma estimativa da situação das comerciárias no final dos anos 1990, destacando a participação da mulher nesta entidade:

Representamos 60% da categoria; ocupamos 55% dos cargos que exigem nível superior; média salarial no comércio 37,5% menor que o dos homens; somos, no comércio varejista e atacadista, cerca de 62,5% de mulheres de até 29 anos; quanto à escolaridade, apenas 5% da categoria possui o terceiro grau, 42% tem o primeiro grau e 31% cursam o segundo grau; no ano de 1998, foram demitidas 1.301 mulheres no comércio teresinense e representamos 31,4% na diretoria do Sindicato. (BALCÃO, 1999, p. 2)

No seu relato, o entrevistado Cícero Magalhães Oliveira ressaltou que, no que se refere aos acordos e convenções coletivas, as questões mais desrespeitadas pelo patronato eram em relação ao assédio sexual no local de trabalho e a licença-maternidade. Além disso, destacou que o Sindicato dos Comerciários atuou na luta contra a violência praticada contra as empregadas do comércio e que estimulou a participação das mulheres nas atividades sindicais e nas atividades de formação, na

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

15

CUT, e no concurso para *miss* comerciária. Nesse sentido, merece destaque a criação do Centro de Apoio à Mulher Comerciária pela entidade, a fim de resolver os diversos problemas vivenciados pelas mulheres comerciárias de Teresina.

Considerações finais

O estudo realizado buscou, portanto, por meio da discussão das categorias classe e gênero, bem como sobre o trabalho precário, lançar luz sobre as memórias construídas em torno das mulheres comerciárias de Teresina durante os anos 1980 e 1990, a partir dos discursos publicados nos jornais impressos de circulação local e do Balcão, bem como da metodologia da História Oral. O estudo revelou que o sindicalismo comerciário teresinense atuou como interlocutor legítimo junto ao patronato a fim de resolver os diversos problemas vivenciados pelas mulheres comerciárias de Teresina, na luta contra a violência e discriminação e estimulando a participação das mesmas nas atividades sindicais e de formação. Por fim, cabe ressaltar que a direção do sindicato realizou frequentes denúncias na imprensa local em virtude das arbitrariedades patronais, também incluiu nas suas campanhas salariais bandeiras de lutas como o assédio sexual no local de trabalho, a desigualdade salarial, as demissões e o cumprimento da licença-maternidade, a fim de defender os direitos da mulher comerciária de Teresina.

Referências

AGORA é que são elas. *Diário do Povo*, Teresina, a. VII, n. 2.176, p. 9, 08 mar. 1995. p. 9.

AMEAÇA contra sindicalistas. *O Dia*, Teresina, a. XLII, n. 10.335, p. 7, 16 out. 1993.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARRUZZA, Cíntia. As relações perigosas entre gênero e classe. In: *Feminismo e marxismo: entre casamentos e divórcios*. Lisboa: Edições Combate, 2010, p. 85 – 121.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

16

ASSÉDIO sexual e salários baixos. *Diário do Povo*, Teresina, a. VII, n. 2.176, p. 9, 08 mar. 1995. p. 9.

ASSÉDIO sexual nas lojas do centro será combatido. *O Dia*, Teresina, a. XLIII, n. 10.608, p. 7, 16 set. 1994.

BAKAN, Abigail B. Marxismo e antirracismo: repensando a política da diferença. *Revista Outubro*, n. 27, p. 45-76, nov. 2016.

BETTI, Eloisa. Gênero e trabalho precário em uma perspectiva histórica. *Revista Outubro*, n. 29, p. 61-94, nov. 2017.

CIRIACO, Evaldo Cunha. [fev. 2014]. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Silva. Teresina, PI, 12 fev. 2014.

COMERCIÁRIA é agredida por fiscal da Lobrás. *O Dia*, Teresina, a. XXXIV, n. 7.940, p. 12, 13 out. 1985.

COMERCIÁRIAS fazem ato público contra a nudez. *O Dia*, Teresina, a. XXXV, n. 8.096, p. 1, 25 abr. 1986.

COMERCIÁRIOS querem punir quem pratica assédio sexual. *Balcão*, Teresina, n. 33, p. 1, 14 set. 1994.

COMÉRCIO ainda exige estado de esterilidade. *O Dia*, Teresina, a. XXXVII, n. 8.877, p. 2, 01 dez. 1988.

CONSELHO já registrou mais de dois mil casos de violência contra as mulheres. *O Dia*, Teresina, a. XXXVI, n. 8.402, p. 7, 06 maio 1987.

DENÚNCIAS em lojas são investigadas. *O Dia*, Teresina, a. XLIV, n. 10.816, p. 2, 25 maio 1995.

ENTIDADE denuncia exploração da mulher. *O Dia*, Teresina, a. XXXV, n. 8.078, p. 7, 02 abr. 1986.

EX- FUNCIONÁRIA da Lobrás é acusada de ser lésbica. *O Dia*, Teresina, a. XLII, n. 10.335, p. 7, 16 out. 1993.

GERENTE da Lobrás: caiu a máscara. *Balcão*, Teresina, n. 18, p. 3, 17 out. 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Teresina*. história. Disponível em:

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=221100&search=piaui|teresina|infograficos:-historico>>. Acesso em: 25 abr. 2014

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

17

- LINDEN, Marcel van der, *Trabalhadores do Mundo: ensaios em direção a uma história global do trabalho*. Campinas: Ed. Unicamp, 2013.
- LOJA demite e pressiona empregados. *O Dia*, Teresina, a. XXXIV, n. 7.769, p. 2, 08 jul. 1985.
- LOJAS de Teresina demitem as mulheres. *O Dia*, Teresina, a. XXXVII, n. 8.670, p. 1, 30 mar. 1988.
- MATTOS, Marcelo Badaró. A atualidade de Marx em seus 200 anos: a questão das opressões. *Marx e o Marxismo*, v.6, n. 11, jul/dez 2018, p. 355-378.
- MATTOS, M. B.; TERRA, P. & VARELA, R. (orgs.). *História das relações de trabalho: Brasil e Portugal em perspectiva global*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017, 210p.
- MOURA, Abdon Martins de. [fev. 2014]. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Silva. Teresina, PI, 17 fev. 2014.
- OLIVEIRA, Cícero Magalhães. [fev. 2014]. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Silva. Teresina, PI, 13 fev. 2014.
- PALMER, Bryan, “Reconsiderations of class: precariousness as proletarianization”. In: PANITCH, Leo, ALBO, Greg; CHIBBER, Vivek (ed.) *Socialist Register 2014: registering class*. London: Merlin Press, 2013. Tradução Renato Rodrigues da Silva.
- QUEM somos nós. *Balcão*, Teresina, n. 115, p. 2, 04 mar. 1999. p. 2.
- SAFFIOTI, Heleieth. Força de trabalho feminina. In: *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 129-142.
- SILVA, Eliane Aparecida. *Resistir é preciso! : história e memória do Sindicato dos Comerciários de Teresina (1984-1999)*. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014, 138p.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa: a força dos trabalhadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v. 3.